

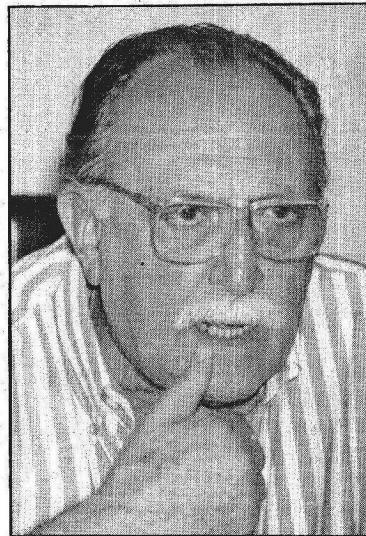
Brochado aciona promotora

Secretário desconfia de um movimento para desestabilizá-lo

Roberto Castro

Em um dos momentos mais críticos dos seis anos de gestão à frente da Secretaria de Segurança Pública, o coronel João Manoel Brochado, resolveu reagir aos ataques contra sua pasta — que identifica “como movimento para desestabilizá-lo” — tomando duas decisões inesperadas: vai interpor judicialmente a promotora Arinda Fernandes, por “ofender sua honra” em entrevista anteontem a um jornal carioca; e solicitar ao Tribunal de Contas do DF (TCDF) que proceda uma auditoria nas contas da secretaria.

Depois de reunir-se por várias horas com a cúpula da secretaria, o coronel Brochado deu coletiva à imprensa anunciando as decisões. Ele destacou que caberá, num primeiro momento, à Procuradoria-Geral do DF definir o tipo de medida judicial a ser adotada contra a promotora. “Se a procuradoria não se posicionar, eu contratarrei um advogado e tomarei as providências. A doutora Arinda não vai continuar dizendo coisas sem sofrer consequências



Brochado: reação aos ataques

judiciais”, ameaçou. Segundo conta, em 50 anos de vida pública nunca sofreu uma ofensa desse porte. Na entrevista, a promotora põe sob suspeita a administração de Brochado.

Quanto ao ofício encaminhado ao TCDF, o secretário fez mistério quanto aos motivos que o levaram a solicitar a auditoria, es-

clareceu apenas, em ofício ao Tribunal, que “notícias que chegam a este órgão dão conta de que encontra-se em curso um movimento que visa, em momento oportuno, desacreditar a administração da secretaria, objetivando, em última análise, desestabilizar o titular da pasta”. Apesar de o coronel não apontar a origem das denúncias, sabe-se que sua decisão é uma resposta à campanha dos distritais Geraldo Magela (PT) e Agnelo Queiroz (PC do B) de afastá-lo do cargo. Os dois parlamentares contestam a forma como Brochado tem conduzido os trabalhos à frente da secretaria.

Silêncio — Na coletiva, o secretário negou-se a comentar sobre a decisão da juiza Ana Maria Duarte Amarante Brito que, a pedido da promotora Arinda Fernandes considerou a Polícia Civil incapaz de prosseguir com as investigações do inquérito de Ana Elizabeth, esposa do ex-funcionário do Senado, José Carlos, principal suspeito de ter matado a esposa.